ser concedido qualquer tipo de licença para construção e manutenção permanente, com calçamento, área reservada para preparo de alimentos, televisão, etc; e com atividade sem a devida regulamentação adequada e que impacta na mobilidade, f uidez, segurança e hígidez ambiental da área; 2) Que, nos demais casos de empreendimentos ou lanchonetes instaladas com ânimo definitivo na cidade, o Município, além de identificar, caracterizar administrativamente o problema, promova a retirada, cancele as respectivas autorizações, com a instauração procedimento administrativo respectivo, considerando que a legislação regulamenta tais atividades como AMBULANTES (atividade em determinado horário, com retirada ao f nal); 3) Que identifique áreas da cidade com baixo índice de utilização e circulação e def na estratégia de reestruturação e revitalização urbanística desses espaços públicos para atender essa necessidade de dinamização com a presença de atividades comerciais dessa natureza e outras atividades sociais; e, conjugue os interesses, em face das necessidades das atividades privadas aqui indicadas, organizando, programando e implementando a presença permanente, periódica ou eventual, nesses espaços, por meio de indução, regulamentação e o exercício do poder de polícia, bem assim, com o envolvimento dos interessados

Data: 03 de abril de 2018.

Promotor de Justiça: raimundo de jesus coelho de moraes

Protocolo: 298261

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 203/10-MP/PJTFEIS	
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO-CALENDÁRIO 2009	
INTERESSADO:	INSTITUIÇÃO PIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

No presente caso, a entidade apresentou suas contas ao Ministério Público do exercício 2009, de forma incompleta, o que ensejou a desaprovação das mesmas, nos moldes da minuciosa análise feita pelo Apoio Contábil desta Promotoria de Justiça.

Assim, o Ministério Público do Estado do Pará, através da Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial, houve por bem:

- 1., DESAPROVAR, por falta de apresentação de documentação contábil, as contas do ano-calendário de 2009 da entidade INSTITUIÇÃO PIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS;
2. PROMOVER ação judicial competente para que a entidade de interesse social apresente os documentos contábeis faltantes;
3. PUBLICAR, na imprensa oficial, esta decisão administrativa e respectivo ato de desaprovação.
4. CIENTIFICAR, desta decisão, o representante legal da entidade.

Cumpridas as diligências supracitadas, voltem-me conclusos para outras providências.

Belém (PA), 31 de agosto de 2012.

Sávio Rui Brabo de Araújo

Promotor de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social,

Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial

Protocolo: 298406

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 203/10-PJTFEIS PROCEDÊNCIA: INSTITUIÇÃO PIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2009

ATO Nº 046/2012 - PJTFEIS

Ato Desaprova as Contas

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93, § 3º, art. 60 do Decreto Federal nº 93.872/86 e art. 3º do Decreto-Lei nº 41/66, por este ATO, DESAPROVA as contas apresentadas pela INSTITUIÇÃO PIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, referentes ao exercício financeiro de 2009, quanto aos aspectos contábeis, formais e técnicos.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este ATO publicado.

Belém, 31 de agosto de 2012.

Sávio Rui Brabo de Araújo

Promotor de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social,

Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial - Em exercício

Protocolo: 298410

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

A Promotora de Justiça Titular do 3º Cargo da Promotoria de Justiça Cível de Benevides, Dra. Érika Menezes de Oliveira, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 001730-036/2017, que se encontra à disposição no Ministério Público de Benevides, situada à Av. Nações Unidas, nº 70, Bairro Centro, Município de Benevides, Pará, Fone: (91) 37241408.

Portaria de Instauração nº 24/2018-3ªPJ

Data da Instauração: 08/03/2018

Objeto: APURAÇÃO DA PROBLEMÁTICA OCORRIDA NA ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSIMO, NO MUNICÍPIO DE BENEVIDES, QUANTO A SEGURANÇA, MERENDA ESCOLAR, AUSÊNCIA DE AULAS E FALTA DE MANUTENÇÃO NO PRÉDIO.

Promotoria De Justiça: 3ª Promotoria de Justiça de Benevides

Promotor de Justiça: Dra. Érika Menezes de Oliveira

Protocolo: 298268

EXTRATO DA PORTARIA Nº 003/2016 – MP/2ªPJS

A 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SALINÓPOLIS nos termos do art. 129, da CF88, art. 26, da Lei nº 8625/93, art. 52, da Lei complementar Estadual nº 57, torna pública a instauração do inquérito civil público nº 003/2016-MP/2ªPJS que se encontra à disposição na Promotoria de justiça de Salinópolis, situada na Avenida João Pessoa, nº 76, bairro Centro, município de Salinópolis/PA.

PORTARIA Nº 003/2016 – MP/2ªPJS

Investigado (s): Prefeitura Municipal de Salinópolis/PA

Assunto: Apurar o cumprimento do art. 54 da Lei nº 12.305/2010, que disciplina o gerenciamento e destinação de resíduos sólidos, no município de Salinópolis/PA.

GUSTAVO RODOLFO DE ANDRADE – PROMOTOR DE JUSTIÇA

Protocolo: 298234

EXTRATO DE PORTARIA DE INQUÉRITO CIVIL

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Tucuruí/PA torna pública a instauração de INQUÉRITO CIVIL, que se encontra à disposição na sala da Promotoria de Justiça, localizada na Rua Dom Cornélio Vermans, nº 559, Santa Isabel, Tucuruí/PA.

INQUÉRITO CIVIL Nº 005400-027/2017

INTERESSADO: A COLETIVIDADE

RECLAMADO: Prefeitura Municipal de Tucuruí/PA

OBJETO: a f m de se apurar irregularidades em procedimentos licitatórios, bem como o uso indiscriminado de dispensa/inexigibilidade de licitações no Município de Tucuruí/PA.

Data da Instauração: 30/11/2017

O presente documento deverá permanecer af xados nos murais da Promotoria de Justiça de Tucuruí.

CARLOS ALBERTO FONSECA LOPES

Promotor de Justiça Titular de Novo Repartimento

Respondendo pela 2ª PJ de Tucuruí

Protocolo: 298242

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PORTARIA Nº 043/2018-MP-3º PJ/MA/PC/HU

O 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, torna pública a Portaria nº 043/2018-MP-3º PJ/MA/PC/HU que converte a Notícia de Fato em Procedimento Administrativo, o qual será tombado sob o nº 000134-113/2013-MP-3º PJ MA/PC/HU, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº 36- Anexo I-térreo-Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Requerido: Faculdade do Pará – FAP

Objeto: apurar reclamação de acidente envolvendo um elevador na Faculdade do Pará- FAP, assim como irregularidades no funcionamento dos elevadores nos Blocos C e D na referida instituição.

Data da Instauração: 20.03.2018

Promotor de Justiça: Raimundo de Jesus Coelho de Moraes

Protocolo: 298296

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 168/2003-MP/PJFMF	
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO-CALENDÁRIO 2002	
INTERESSADO:	SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS-SDDH

No presente caso, a entidade teve suas contas desaprovadas devido a relevância e os efeitos dos fatos comentados no parágrafo precedente, as demonstrações contábeis apresentadas não ref etem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS-SDDH junto ao Ministério Público do exercício 2002.

Além disso e, no rastro da remansosa jurisprudência, que orienta no sentido de desaprovação das contas, sem apresentação de toda documentação completa, uma vez que se tornou impossível a aferição da regularidade de suas atividades f nalística, o Ministério Público do Estado do Pará, houve por bem:

1. Manter a DESAPROVAÇÃO das contas do ano-calendário de 2002 da entidade SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS-SDDH, publicando-se o respectivo ATO DE DESAPROVAÇÃO;
2. PROMOVER ação judicial competente para que a entidade de interesse social apresente os documentos contábeis faltantes;
3. INSTAURAR Inquérito Civil para apuração das irregularidades apontadas.
4. PUBLICAR, na imprensa oficial, esta decisão administrativa.
5. CIENTIFICAR, desta decisão, o representante legal da entidade.

Cumpridas as diligências supracitadas, voltem-me conclusos para outras providências.

Belém (PA), 11 de janeiro de 2013.

Sávio Rui Brabo de Araújo

Promotor de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social,

Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial

Protocolo: 298285

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Pará torna pública a instauração de Procedimento Preparatório, a f m de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos e subsídios diretamente ao Promotor de Justiça of ciente, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000010-440/2014 INSTAURAÇÃO: 19/03/2018

Investigante: 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua.

Origem: Notícia de fato instaurada a partir de reclamação formulada pela Associação dos Moradores do Conjunto Júlia Seffer, a relatar a ocorrência de estacionamento irregular de veículos pesados em área verde nas esquinas das Ruas 10 e 11 do Conjunto Júlia Seffer, município de Ananindeua.

Objeto: Apurar fato que enseja a tutela de direitos individuais indisponíveis com a adoção de medidas pertinentes para a solução da demanda em comento. .

Ananindeua-PA, 19 de março de 2018

LIZETE DE LIMA NASCIMENTO

Promotora de Justiça, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Urbanismo de Ananindeua

Protocolo: 298254

EXTRATO DA PORTARIA

PIC 001/2018/MP/1ª PJM – 000092-104/2018

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio da 1ª Promotoria de Justiça Militar, torna pública a instauração do Procedimento Investigatório Criminal Nº 000092-104/2018.

Objetivo: apurar os fatos narrados nos depoimentos de populares consubstanciados no termo circunstanciado nº 104/2016.000242-9, auto de prisão em flagrante nº 0012554-53.2017.8.14.0115 e mídia onde relatam a suposta prática de crimes por policiais militares lotados no município de Novo Progresso/PA.

Belém/PA, 04 de abril de 2018.

EDIVAR CAVALCANTE LIMA JÚNIOR, 1º Promotor de Justiça Militar, em exercício.

Protocolo: 298263

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000188-110/2013

Assunto: Tornar sem efeito o item 2 da decisão administrativa de f.s. 121/127

Entidade: INSTITUIÇÃO PIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS R.H

Trata-se de Procedimento Administrativo Preliminar de Prestação de Contas Finalísticas do ano-calendário 2009 instaurado com fulcro artigo 3º do Decreto Lei nº 41, de 18/11/1966 e artigo 31 da Lei nº 8.743/93, em face da INSTITUIÇÃO PIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, associação de direito privado, inscrita sob CNPJ: 04.981.882/0001-74, localizada Travessa Caldeira Castelo Branco, nº 1597, Guamá, CEP: 66063-080, Belém/PA, na pessoa do seu representante legal.